

economia moderna, parece que tributos são pagos usando moeda bancária, mas a análise da conta de reserva mostra que esses pagamentos de tributos sempre levam a uma drenagem de reserva (isto é, reduzem as exigibilidades do banco central), de modo que, na realidade, somente a moeda do governo é definitiva (liquida as obrigações tributárias em última instância).

Voltemos agora à história da moeda para depois examinar as implicações políticas da visão cartalista ou de moeda-guiada-por-tributo.

UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA MOEDA

TALHAS* E DINHEIRO

A maioria dos textos sobre moeda e banco começa com uma história sobre as origens do dinheiro, segundo a qual o comércio primitivo era baseado em escambo, até que o homem descobriu que certas mercadorias poderiam ser usadas como um meio de troca para eliminar a “dupla coincidência de desejos” exigida para que o escambo pudesse ocorrer. Uma caricatura primitiva dessa crença é apresentada por A. Mithcell Innes (1913); embora seja um pouco longa, não pode ser melhorada:¹

As teorias fundamentais nas quais se baseia a moderna ciência da economia política são:

Que sob condições primitivas os homens viviam e vivem do escambo;

Que quando a vida se torna mais complexa o escambo não é mais suficiente como um método de trocar mercadorias, e, por consenso, fixa-se uma determinada mercadoria que é aceita em geral e que, daí em diante, todos usarão para as trocas (...)

Que esta mercadoria então torna-se “meio de troca e medida de valor”;

Que muitas diferentes mercadorias serviram, em várias épocas e lugares, como meio de troca – gado, ferro, sal, conchas, bacalhau seco, fumo, açúcar, cravos etc.;

Que gradualmente os metais, ouro, prata, cobre, e mais especialmente os dois primeiros, passaram a ser considerados, por suas qualidades inerentes, mais ade-

* O significado arcaico da palavra *talha* designa uma vara ou pedaço de madeira dividida em duas partes, nas quais se inscreviam sinais indicadores de dívida, ficando o devedor com uma parte e o credor com a outra.

quando para esse propósito do que quaisquer outras mercadorias, e estes metais logo tornaram-se, por consenso, o único meio de troca;

Que um certo peso fixo de um destes metais de uma pureza conhecida tornou-se um padrão de valor, e para garantir este peso e qualidade tornou-se incumbência dos governos emitir peças de metal gravadas com seu sinal peculiar (...)

Que imperadores, reis, príncipes e seus conselheiros competiam entre si, na Idade Média, para enganar o povo falsificando suas moedas (...) e que esta situação produziu sérios males, entre os quais a depreciação do valor da moeda e o conseqüente aumento de preços (...)

Que para economizar o uso dos metais e para evitar seu transporte constante, um mecanismo chamado “crédito” desenvolveu-se mais recentemente, por meio do qual, em vez de se ceder um certo peso de metal a cada transação, dá-se uma promessa de fazer isso, a qual, sob circunstâncias favoráveis, tem o mesmo valor que o metal em si. Crédito é denominado de substituto do ouro. (Innes, 1913, p. 377)

Entretanto, “pesquisas atuais no campo da história comercial e da numismática” demonstram que “nenhuma dessas teorias apóia-se em uma sólida base de prova histórica – que de fato são falsas” (ibid., p. 378). Resumidamente, não há nenhuma evidência de que os mercados operaram numa base de escambo (exceto em circunstâncias extraordinárias como em campos de prisioneiros de guerra), não há nenhuma evidência de que “diferentes mercadorias” tenham mudado de mãos como meios de troca (isto é, para comprar mercadorias no mercado), não há nenhuma evidência de que o valor das moedas primitivas fosse determinado por um certo peso fixo de metais preciosos, e não há nenhuma evidência de que o crédito tenha se desenvolvido como um substituto “capaz de economizar” moedas de metal precioso como meio de troca.

Neste capítulo vamos esboçar uma alternativa à visão convencional. Naturalmente, é impossível apresentar uma “história da moeda” adequada em um capítulo. Em vez disso vamos expor algumas anedotas e interpretações alternativas do folclore popular relativas às origens e à evolução da moeda. Em alguns aspectos poderia ser suficiente simplesmente ignorar a história da moeda e nos concentrarmos somente na moeda como ela se apresenta no fim do século XX. Entretanto, como Keynes argumentou, a moeda moderna ou “cartal” tem no mínimo 4.000 anos, e é nossa intenção que a análise contida neste livro não seja apenas a de um “caso especial” a ser aplicada apenas aos Estados Unidos no fim do século XX, mas que possa ser aplicada muito mais amplamente à era da moeda cartal, ou estatal, em seu conjunto. Em vez de tentar localizar as origens da moeda num suposto mercado primitivo originalmente baseado no escambo, situamos suas origens no desenvolvimento da

antiga comunidade palaciana, que era capaz de impor obrigações tributárias a seus súditos. Acreditamos portanto que um breve exame da história e evolução da moeda ilumina a natureza do dinheiro moderno.

Evidências históricas sugerem que virtualmente todo o “comércio” desde os tempos mais primitivos era realizado à base de créditos e débitos. Innes escreve sobre a experiência européia primitiva: “Por muitos séculos, quanto não sabemos, o principal instrumento de comércio não era nem moeda nem dinheiro privado, mas a talha”² (ibid. p. 394). Talha era um “pedaço de madeira quadrada de aveleira, entalhada de uma certa maneira para indicar o montante da compra ou dívida”, criada quando o “comprador” se tornou um “devedor” ao aceitar um bem ou serviço do “vendedor” que automaticamente se tornou “credor” (ibid.). “O nome do devedor e a data da transação eram escritos nos dois lados opostos do pedaço de madeira, que era então dividido ao meio de modo que os entalhes ficassem cortados ao meio, e o nome e a data aparecessem nas duas peças da talha” (ibid.). A separação era interrompida a cerca de uma polegada da base do pedaço de madeira de tal forma que uma peça, o “cabo” [*stock*], era mais longo que a outra, chamada “toco” [*stub*] (chamada também de “folha” [*foil*]). O credor ficaria com o cabo (daí derivam nossos termos ações [*stock*] e capital de estoques de mercadorias) enquanto o devedor levaria o toco (um termo ainda usado como em “*ticket stub*” [canto de bilhete]) para assegurar que o cabo não fosse adulterado. Quando o devedor quitasse sua dívida, as duas peças da talha seriam comparadas para verificar o montante do débito.

Naturalmente, talhas de madeira não eram os únicos registros, assim como não havia nada de único quanto à madeira de aveleira (na verdade, parece ter sido usada porque era comum na Inglaterra e no Norte da Europa). Pedacos de cobre datando de 1000 a 2000 a.C. encontrados na Itália parecem ser talhas, propositadamente quebradas no momento em que foram produzidas de tal forma que credor e devedor pudessem ter seu cabo e toco (Innes, 1913, p. 394). Alguns dos mais antigos registros de talhas vêm da Babilônia, em tabuletas de argila *shubati* (“recebido”); estas continham indicações da quantidade de grãos, a palavra *shubati*, o nome da pessoa que entregou, o nome da pessoa que recebeu, a data e o selo do receptor ou do escriba do rei (quando o rei era o receptor). Diferentemente da talha de madeira, estas tabuletas não seriam divididas para dar um toco ao devedor. Este problema era resolvido de duas formas: as tabuletas eram ou guardadas em templos onde estariam a salvo de adulteração, ou eram lacradas em caixas que teriam de ser quebradas para serem alcançadas. Todas as inscrições referidas acima seriam repetidas na caixa, mas a tabuleta fechada não conteria o nome e o selo do

receptor. Assim, no caso de que fosse quebrada, a tabuleta não estaria completa. Somente quando a dívida fosse quitada a caixa seria quebrada (permitindo ao devedor observar que a inscrição na caixa conferia com a da tabuleta fechada). Diferentemente das tabuletas guardadas em templos, as "tabuletas em caixas" poderiam circular.

E, na verdade, as talhas circulavam como "instrumentos negociáveis, transferíveis". Podia-se entregar o cabo de uma talha para adquirir bens e serviços, ou para quitar a própria dívida. "Por seu intermédio, todas as compras de bens e todos os empréstimos de moeda eram feitos, e todas as dívidas compensadas" (ibid., p. 396). Um comerciante que mantivesse um certo número de cabos de talha de clientes poderia encontrar um comerciante que mantivesse um número de cabos de talha contra o primeiro comerciante, "compensando" suas dívidas de toco de talha trocando-as pelos cabos dos clientes. Com esta finalidade, grandes "feiras" eram organizadas para atuar como "câmaras de compensação" permitindo aos comerciantes "compensar seus débitos e créditos mútuos"; a "maior dessas feiras na Inglaterra era a de St. Giles em Winchester, ao passo que as mais famosas provavelmente em toda a Europa eram as de Champagne e Brie, na França, às quais vinham comerciantes e banqueiros de todos os países" (ibid.). Dívidas eram compensadas "sem o uso de uma simples moeda"; tornou-se prática comum "fazer dívidas pagáveis em uma ou outra das feiras", e "em algumas feiras nenhum outro negócio era feito, exceto compensação de débitos e créditos", embora comércio a varejo fosse freqüentemente realizado nas feiras. Enquanto a análise convencional vê como primeiro propósito das feiras o comércio a varejo, Innes postula que o comércio a varejo originou-se como um ramo lateral do negócio de câmara de compensação.³ Ele observa também que feiras de câmara de compensação eram realizadas na Grécia e Roma Antigas, e no México no tempo da conquista.

Ainda que se aceite que muito ou mesmo a maior parte do comércio tenha se realizado com base em créditos e débitos, isso não refuta necessariamente a história dos livros-texto. Talvez tenham existido moedas antes dessas talhas (registros de dívidas), e certamente as moedas eram feitas de metais preciosos. Talvez as dívidas fossem conversíveis em moeda, na verdade, talvez esses contratos de dívida fossem executáveis apenas em moeda de curso legal. Se este era o caso, então os créditos e débitos apenas substituíam moeda, e dívidas líquidas seriam liquidadas em moeda, o que não seria inconsistente com a história convencional. Há muitos problemas com esta interpretação.

Primeiro, os débitos em talha (na forma de tabuletas de argila) são no mínimo dois mil anos mais velhos que as mais antigas moedas conhecidas.⁴

Parece muito improvável que tabuletas de argila pudessem durar mais que metais preciosos cunhados. Segundo, o fato de que as denominações de todas as antigas moedas de metal precioso (mesmo as menos valiosas) fossem muito elevadas para serem usadas no comércio do dia-a-dia vem há muito tempo confundindo os historiadores econômicos. Por exemplo, as mais antigas moedas eram eletro (uma liga de prata e ouro) e a denominação mais comum teria tido um poder de compra de cerca de dez carneiros, de tal forma que "não pode ter sido uma moeda usual para pequenas transações" (Cook, 1958, p. 260). Elas podiam ser adequadas para o comércio no atacado de grandes comerciantes, mas não poderiam ter sido usadas no comércio varejista do dia-a-dia.⁵ Além disso, o citado valor nominal das moedas não parece ser estritamente regulado pelo conteúdo de metal precioso (ver abaixo). É também extremamente improvável que moedas tivessem sido inventadas para facilitar o comércio, porque "fenícios e outros povos do Leste que tinham interesses comerciais operaram satisfatoriamente sem moeda cunhada" por muitos séculos (ibid.). Na verdade, a introdução de moedas teria sido uma alternativa menos eficiente em muitos casos.

Finalmente, embora estejamos acostumados a um pequeno número de tipos de moedas (sempre emitidas pelo governo, com talvez uma moeda para cada denominação), o caso típico até recentemente era a plethora de moedas, algumas vezes incluindo muitas com o mesmo valor de face mas diferente valor de troca, emitidas por uma larga variedade de mercadores, reis, senhores feudais, barões, autoridades eclesiásticas e outros. Na verdade, "na França [feudal] havia, ao lado das moedas reais, oitenta diferentes cunhagens (...) cada uma independente da outra e diferente seja em pesos, denominações, ligas ou tipos, [e] vinte diferentes sistemas monetários" (Innes, 1913, p. 385). De acordo com MacDonald, na Gália Merovíngia havia "1.200 diferentes moedeiros", sendo a grande maioria indivíduos privados; esta "época de cunhagem privada" parece ter "chegado ao fim com Pepino e Carlos Magno" (MacDonald, 1916, p. 29-35).

Observe-se que a história dos livros-texto acredita na escolha de um determinado metal precioso, por "consenso", para ser usado como moeda, precisamente porque ela reduziria os custos de transação do escambo. Entretanto, na realidade, o consumidor pobre (se isto existiu) era confrontado com um tremendo número de moedas de variados pesos, denominações, ligas e purezas com os quais não seria capaz de lidar.⁶ Na verdade, é difícil acreditar que o membro típico dessas sociedades seria mais capaz de conhecer o valor de uma moeda do que, digamos, o de uma vaca.⁷ Em vez de reduzir custos de transação com o uso de metais preciosos, estes custos poderiam

ser reduzidos com o uso de vacas! E não melhora em nada argumentar que vacas são menos divisíveis, porque, conforme notado acima, as moedas de metal precioso eram de longe muito mais valiosas para terem sido usadas de algum modo em transações diárias. Que ao menos algumas não eram usadas em transações freqüentes fica evidenciado pelo “excelente estado de preservação no qual são usualmente encontradas” (Grierson, 1965, p. 536). Sabemos que o “desgaste” de moedas em circulação é extremamente elevado – talvez 1% por ano (Munro, 1979, p. 181-2) –, mas “as moedas carolíngias parecem ter circulado surpreendentemente pouco” (Grierson, 1965, p. 536). Finalmente, Grierson observa que era freqüentemente necessário impor “legislação forçando a população a usar moeda; se ela se recusasse, ficaria exposta a severas penalidades, uma pesada multa se fossem homens livres, ou o açoite se não o fossem” (ibid.). Isto dificilmente parece consistente com a história do “consenso” nos livros-texto.⁸

É também difícil entender por que moedas de metal precioso eram quase sempre “mais valiosas” do que seria determinado pelo seu conteúdo de metal precioso, se é verdade que o valor do metal precioso determina o valor da moeda. Na verdade, seria estranho se o valor do metal cunhado fosse menor que o valor da moeda metalizada. Se o valor nominal da moeda estivesse abaixo do valor relativo do metal precioso nela contido, a moeda seria removida de circulação para ser usada como metal. Além disso, dados os custos da cunhagem, se a casa de cunhagem de moedas emitisse moedas cujo valor fosse pouco maior que o do metal contido, isso proporcionaria muito pouco poder de compra à casa de cunhagem. Enquanto a história dos livros-texto argumenta que o “crédito” papel desenvolveu-se para se economizar em metais preciosos, nós sabemos que moedas de metal foram um desenvolvimento tardio. Em outras palavras, alternativas de baixo custo à moeda plena já estavam em uso. Seguramente, talhas de madeira de aveleira ou tabuletas de argila tinham valor não monetário menor que metais preciosos. Portanto, é improvável que moedas de metal fossem emitidas para circular em competição (por exemplo, com talhas de aveleira), a menos que seu valor nominal estivesse bem acima do valor do metal precioso contido.⁹

O que, então, são moedas, quais são suas origens, e por que são aceitas? Parece que as moedas se originaram como “fichas de pagamento” (na colorida expressão de Knapp), nada mais do que uma evidência de dívida. É possível que se tenham originado no “setor privado”, talvez derivadas de medalhas que eram comuns em algumas sociedades tradicionais. As “moedas” mais antigas, então, podem ter sido nada mais que presentes com uma imagem gravada para identificar o doador; é concebível que estas fossem dadas como reconhe-

cimento de uma dívida pessoal para com o receptor.¹⁰ Retornaremos abaixo a esta visão, embora pareça ser uma fonte improvável para as primeiras moedas.

Muitos acreditavam que as primeiras moedas foram cunhadas pelo governo, provavelmente por Fédon de Argos por volta de 630 a.C. (Cook, 1958, p. 257). Dado o alto valor nominal das primeiras moedas e o peso uniforme (embora não pureza uniforme – o que provavelmente não poderia ter sido testado naquele tempo), Cook argumenta que “a cunhagem foi inventada para fazer um grande número de pagamentos uniformes de considerável valor numa forma portátil e durável, e que a pessoa ou autoridade que fazia o pagamento era o rei da Lídia” (ibid., p. 261). Além disso, ele sugere que “o propósito da cunhagem era o pagamento de mercenários” (ibid.).¹¹ Esta tese foi modificada “por Kraay (1964), que sugeriu que governos cunhavam moedas para pagar mercenários somente a fim de criar um meio para o pagamento de tributos”¹² (Redish, 1987, p. 376-377). Crawford argumentou que a evidência indica que o uso destas primeiras moedas como um meio de troca era uma “conseqüência acidental da cunhagem”, e não a razão dela (Crawford, 1970, p. 46). Em vez disso, Crawford argumentou que “as necessidades fiscais do Estado determinavam a quantidade de produção da cunhagem da moeda em circulação”, em outras palavras, moedas eram intencionalmente cunhadas inicialmente para permitir o “financiamento estatal” (ibid.). Assim, os primeiros governos, na verdade, entenderam que “cunhar moedas e tributos eram dois lados da mesma moeda da prerrogativa real” (Davies, 1997, p. 146).

Similarmente, Innes argumentou que “as moedas que [os reis] emitiam eram fichas de endividamento com que faziam pequenos pagamentos, tal como de salários diários de seus soldados e marinheiros” (Innes, 1913, p. 399). Isto explica o valor relativamente alto das moedas – que não eram destinadas a proporcionar um meio de troca, mas, antes, eram evidência da dívida do Estado para com “soldados e marinheiros”. As moedas eram então nada mais que “talhas”, como descrito acima – evidências de dívida do governo –, não merecendo as preocupações desordenadas dos modernos economistas. E, relativamente à quantidade de talhas de aveleira e outras formas de dinheiro, o volume de moedas era extremamente pequeno:

Na verdade, a quantidade de moedas era tão pequena que não era nem mesmo suficiente para as necessidades da casa real e dos Estados que regularmente usavam fichas de várias espécies com o propósito de fazer pequenos pagamentos. Tão pouco importante era, de fato, a cunhagem de moedas, que algumas vezes os reis não hesitavam em recolhê-las para recunhagem e reembolso, e ainda assim o comércio funcionava do mesmo jeito.¹³ (Innes, 1913, p. 389)

Voltemos por um momento e ponderemos as implicações. Em nossa visão, moedas são meras fichas de dívida da Coroa, uma pequena proporção do total das “talhas”.

Exatamente como qualquer indivíduo privado, o governo paga com uma declaração de endividamento – que pode ser sacada contra o Tesouro Real, ou qualquer outra instância de governo. Isso pode ser bem observado na Inglaterra medieval, onde o método regular usado pelo governo para pagar um credor era “levantando uma talha” nas aduanas ou em algum outro departamento de recebimento de renda, isto é, por assim dizer, dando ao credor uma talha de madeira como uma declaração de endividamento. (Ibid., p. 397-398)

A “*tallia divenda*” desenvolveu-se para permitir que o rei emitisse uma talha do tesouro para pagamento de bens e serviços vendidos à corte.¹⁴ Mas por que afinal os súditos da Coroa aceitariam talhas de aveleira ou, mais tarde, notas de papel ou moedas simbólicas?

O governo obriga por lei certas pessoas selecionadas a se tornarem devedoras. Declara que quem importar bens do exterior deverá ao governo um tanto sobre tudo o que importar, ou que quem possuir terra deverá ao governo um tanto por acre. Esse procedimento chama-se impor um tributo, e as pessoas assim forçadas à posição de devedoras do governo devem, em teoria, procurar os detentores das talhas ou outros instrumentos de reconhecimento de dívida devidos pelo governo, e adquirir deles as talhas mediante a venda de alguma mercadoria ou fazendo para eles algum serviço, em troca do qual eles podem ser induzidos a partilhar talhas com eles. Quando estas retornam ao Tesouro do governo, os tributos são pagos. (Ibid., p. 398)

Innes observou ainda que a maior parte das receitas arrecadadas por coletores de tributos dentro da Inglaterra era feita na forma das talhas do tesouro:

Praticamente todo o negócio do Tesouro inglês consistia na emissão e recebimento de talhas, comparando talhas e contra-talhas, o cabo e o toco, como as duas partes da talha eram popularmente chamadas, mantendo as contas dos credores e devedores governamentais e cancelando as talhas quando retornavam ao tesouro. Era, de fato, a grande câmara de compensação de débitos e créditos do governo.¹⁵ (Ibid.)

Nenhum contribuinte precisava procurar individualmente uma talha da Coroa, porque o encontro de contas entre devedores e credores da Coroa era realizado “através dos banqueiros, que desde os primeiros dias da história sempre foram os agentes financeiros do governo” (ibid., p. 399). Isto é, o banco faria a intermediação entre detentores de dívidas da Coroa e contribuintes que demandavam dívidas da Coroa para pagar tributos. O tesouro começou a assinar dívidas devidas ao rei pelo que “o cabo da talha mantido no Tesouro podia ser usado pelo rei para pagar a alguém mais, transferindo

para essa terceira pessoa o cabo da talha. Assim o credor do rei poderia então receber pagamento do devedor original do rei” (Davies, 1997, p. 150). Mais tarde, desenvolveu-se um ativo negócio para “descontar” essas talhas de forma que o credor do rei não precisasse esperar pelo pagamento do devedor. Note-se, também, que o uso de talhas de aveleira continuou na Inglaterra até 1826. Ironicamente, as talhas extinguíram-se numa fogueira de glória, ou de ignomínia, dependendo do ponto de vista. Depois de 1826, quando as talhas retornavam ao tesouro, eram armazenadas na Sala das Estrelas e em outras partes da Câmara dos Comuns. “Em 1834, a fim de economizar espaço e poupar combustível, decidiu-se que deveriam ser atiradas naslareiras de aquecimento da Câmara dos Comuns. O zelo dos guardiões dos tocos foi tão grande que as históricas construções do parlamento pegaram fogo e foram completamente destruídas” (ibid., p. 663).

O enfoque confuso dos economistas em relação à moeda (e especialmente em relação às moedas emitidas pelo governo), ao câmbio e aos metais preciosos parece, então, estar fora de lugar. A chave é a dívida, e especificamente, a capacidade do Estado de impor uma dívida tributária aos seus súditos; uma vez que tenha feito isso, pode escolher a forma na qual os súditos podem “pagar” o tributo. Embora o governo pudesse em teoria requerer pagamento na forma dos bens e serviços que quisesse, isso seria extremamente incômodo. Desta maneira ele se tornaria um devedor para obter o que requer (e note-se que isso não é diferente do modo pelo qual muitos compradores tornaram-se devedores) e emite uma ficha (talha de aveleira ou moeda) para indicar o montante de suas dívidas; então aceita suas próprias fichas em pagamento para quitar obrigações tributárias.¹⁶ Certamente suas fichas podem também ser usadas como um meio de troca (e meios de compensação de dívida entre indivíduos privados), mas isso deriva de sua capacidade de impor tributos e sua vontade de aceitar suas fichas, que na verdade tornam-se necessárias pela imposição do tributo (se alguém tem uma obrigação tributária mas não é um credor da Coroa, deve oferecer coisas para venda a fim de obter as fichas da Coroa).

Se a moeda não se originou como uma alternativa ao escambo para reduzir custo, quais foram suas origens? Na próxima seção resumiremos a pesquisa sobre as origens e desenvolvimento primitivo da moeda. Isso, naturalmente, é uma tarefa difícil. Como Grierson observa:

Estudos sobre as origens da moeda devem confiar fortemente em inferências de linguagem, literatura e lei antigas, mas deverão ter em conta também a evidência em relação ao uso de moeda “primitiva” em sociedades não ocidentais contemporâneas. Esta evidência, naturalmente, tem de ser usada com cuidado. (Grierson, 1977, p. 12)

Grierson também reconhece que a história do dinheiro é muito mais complexa que a história das moedas, havendo o perigo de se tentar encontrar dinheiro em sociedades que não o usavam. “Alguns sistemas, embora empregando conchas ou outras mercadorias freqüentemente usadas como “dinheiro”, podem não ter necessariamente sido monetários.¹⁷ É difícil para economistas modernos concordar mesmo sobre uma definição de moeda, e a maioria dos economistas reconhece várias diferentes funções da moeda. É possível que se possa encontrar uma “história de moeda” diferente dependendo da função que se identifique como a mais importante característica da moeda. Embora muitos economistas (e historiadores e antropólogos) preferissem traçar a evolução da moeda usada como meio de troca, nosso interesse primário é a função de unidade de conta da moeda.¹⁸ Na próxima seção, especularemos sobre as origens da moeda, e, especialmente, sobre a moeda-de-conta.

MOEDAS ANTIGAS

No capítulo anterior, notamos a afirmação de Keynes de que a moeda estatal tem “pelo menos” 4.000 anos. Na sua análise do dinheiro antigo, Keynes argumentou que, mesmo num período tão remoto como no terceiro milênio a.C., encontrava-se “na verdade muito avançado” o uso de moeda na Babilônia. Ele examinou em detalhe as “reformas” monetárias de Sólon (circa 590 a.C.) e Fédon (sétimo século a.C.), que estabeleceram valores para as moedas. Entretanto, estes valores eram baseados em unidades de peso que poderiam ser recuadas até aproximadamente 3000 a.C., se não antes. Keynes observou que

mina, ou mina, que Dungi prescreveu para Ur na metade do terceiro milênio a.C., é, dentro dos limites de nosso conhecimento positivo, o mais antigo padrão de peso. Descobertas recentes, entretanto, recuam a gênese da vida econômica organizada para uma data ainda mais remota do que se supunha previamente, uma vez que pesos podem ter existido séculos, e, talvez, até milênios antes de Dungi, em cujo reinado moeda, juros, contratos, recibos e mesmo letras de câmbio estão totalmente estabelecidos (...) (Keynes, 1982, p. 232)

Na verdade, Keynes argumentou que “os padrões de peso fundamentais da civilização ocidental *nunca* foram alterados desde os primórdios até a introdução do sistema métrico” (ibid., p. 239); sem exceção, “todos os padrões de peso do mundo antigo e também medieval na Babilônia, na Bacia do Mediterrâneo e na Europa foram baseados ou em grão de trigo ou em grão de cevada como sua *mônada*” (ibid.).¹⁹ A “*mônada*” básica era então “60 x 60 x 3” praos de trigo para a mina do “sistema egípcio”, ou 60 x 60 x 2 grãos de cevada para o “sistema lídio ou eubóico” (ibid., p. 236). “Similarmente,

o grão do sistema geral de preços é pela definição da época o grão de trigo medieval, e o grão usado no sistema de pesos de joalheria é o grão de cevada medieval” (ibid., p. 237). Quer falemos de mina, shekel ou libra, todas as unidades de moeda antigas eram unidades de peso baseadas em grãos ou de trigo ou de cevada, com o valor nominal do ouro usualmente medido em unidades de trigo, e o valor nominal da prata usualmente medido em unidades de cevada.²⁰

O fato de que Sólon e Fédon puderam proclamar o número de gramas de metal que seria dali em diante igual à mina, talento ou dracma é prova de que a idade da “moeda estatal” já tinha chegado. Não poderia ter sido o caso de que o “valor do metal precioso” contido nas moedas pudesse ter determinado o valor da moeda, porque as reformas mudaram o valor do metal relativamente às unidades de moeda de conta.²¹ Além disso, exatamente como Knapp e Keynes argumentaram, o Estado é livre para alterar a moeda-de-conta; a “reforma” de Sólon foi para mudar do padrão ferro “egípcio” para o padrão mais novo de prata/cobre “lídio-eubóico” (isto é, a reforma consistiu em “reescrever” o “dicionário”) (ibid., p. 267). Entretanto, uma vez que um rei tenha estabelecido uma nova moeda-de-conta, fixando um valor nominal para um metal precioso, ele usualmente não tinha poder para manter o valor nominal do metal. Antes, o preço do metal precioso tendia a aumentar relativamente à moeda-de-conta (embora pudesse cair); quando confrontada com a escolha entre permitir a unidade monetária depreciar-se relativamente ao preço do ouro ou tentar fixar o preço monetário do ouro, a Coroa até muito recentemente quase sempre escolheu deixar a moeda depreciar-se – por razões que discutiremos abaixo.

Em outras palavras, o rei podia estabelecer a unidade monetária da “mina” fazendo-a inicialmente igual a tantos grãos de ouro, mas como o preço do ouro aumentava, o preço de mercado da quantidade de ouro aumentaria sem provocar uma proclamação oficial para estabelecer um novo padrão monetário.²² A “mina” permaneceria definida como o mesmo número de praos de ouro a despeito do preço corrente do ouro em termos de qualquer moeda-mina particular. Note-se também que, como Innes argumentou, “as unidades monetárias, *livre*, *sol* e *denier*, são perfeitamente distintas das moedas, e as variações no valor destas últimas não afetam as primeiras” (Innes, 1913, p. 386). Isto é, moedas poderiam também depreciar-se (ou apreciar-se) relativamente à unidade monetária (pela “depreciação” das moedas, como será discutido abaixo). Em alguns casos, a unidade monetária podia nunca ser cambiada.²³ É por extremamente difícil sustentar que o metal determina o valor das moedas usadas como moeda.

Para recapitular: o Estado anuncia a unidade monetária e pode definir seu valor como tantos grãos de ouro. As moedas correntes, mesmo que possam conter metal precioso, não carregam necessariamente um valor nominal fixado relativamente seja ao valor nominal do ouro contido, seja à moeda-de-conta. Na verdade, o valor nominal da moeda poderia quase sempre exceder o valor do ouro contido – exceto no caso em que ela não era mais uma “ficha” da dívida do emissor (em cujo caso, a moeda podia ser retirada de circulação e fundida em barra). E, por razões discutidas abaixo, a moeda se depreciava relativamente à unidade de conta por proclamação do emissor. Finalmente, se o preço dos metais preciosos mudasse, isso não mudaria necessariamente o valor nominal seja da moeda, seja da unidade de conta.

Unidades monetárias, portanto, parecem ter derivado de unidades de peso, mas não derivam seu valor de metal precioso. Por que unidades de peso? É possível que as unidades de peso tenham prevalecido porque ofereciam padrões bem conhecidos e objetivos. Entretanto, sabemos, por exemplo, que “existe muita evidência de salários-milho e rendas-milho da idade babilônica para frente” (Keynes, 1982, p. 258), e de impostos em cevada na Mesopotâmia (Hudson, 1998). É possível que a escolha de grãos de trigo e cevada como as bases de unidades monetárias tenha tido uma origem mais concreta? E eles surgiram de intercâmbio tipo escambo ou de primitivas relações de dívida?

As unidades de medida podem ter se desenvolvido primeiramente nas elaboradas regras que governavam o *wergeld*, que é a prática de pagar uma reparação por injúrias infligidas a outros.²⁴ “O objetivo geral destas leis era simples, ou seja, a provisão de uma tarifa de indenização que os legisladores acreditavam que, em qualquer circunstância, evitaria o recurso à vingança” (Grierson, 1977, p. 19). “As reparações nas leis galesas eram calculadas principalmente em gado e, nas irlandesas, em gado ou escravos (*cumbal*) (...) Nos códigos germânicos eram principalmente em metal precioso (...) Nos códigos russos eram prata ou peles” (ibid., p. 20). As reparações exigidas eram muito específicas, com diferentes reparações para diferentes ofensas.²⁵ Estas reparações “eram estabelecidas em assembleias públicas, e os padrões comuns eram baseados em objetos de algum valor que se esperava que um chefe de família poderia possuir ou que poderia obter de sua parentela” (ibid.).

Entretanto, ainda que o pagamento de reparação requeresse consenso social na forma de pagamento, não havia necessidade de estabelecê-lo num “equivalente geral” porque cada injúria específica infligida implicava uma dívida específica imposta ao transgressor individual. Portanto, embora o *wergeld* deva ter sido a fonte original da noção de dívida e medida de obrigação, provavelmente não poderia ter gerado diretamente pagamentos monetários porque

havia pouco incentivo privado para padronização dos termos.²⁶ Se nossos padrões monetários vieram de práticas de medida de riqueza, reparações por injúrias ou dote de noivado, não surpreende que as unidades fossem grandes (por exemplo, representando o valor de seis ovelhas).

Como estes pagamentos de reparações não devem ter sido originalmente medidos numa unidade de conta, parece mais provável que a moeda como unidade de conta tenha primeiro surgido como um meio de padronizar tributos ou taxas impostos pelos legisladores.²⁷ A primeira evidência de escrita, em tabuletas de argila, parece serem registros de tributos impostos e coletados. “Esta combinação de a) escrita (por exemplo, nome do fazendeiro), b) quantidades numéricas e c) um registro contábil oferece o x de que escrita, números e dinheiro (...) têm todos uma origem comum nestas tabuletas” (John Adams, correspondência privada, 27 de janeiro de 1998). Se é assim, as “origens” do dinheiro podem residir nas imposições de tributos dos palácios dos grandes impérios de grãos, eventualmente padronizada em unidades de conta em peso de trigo ou cevada. A prática de pagar a fim de “pacificar” ou eliminar uma dívida por injúrias infligidas a outro parece ter acostumado a população com a noção de medida de valor, e o palácio teria tido um grande incentivo em padronizar a medida de valor (ainda que nem indivíduos nem mesmo “consenso social” tenham tido tal incentivo). Embora o palácio pudesse ter obtido qualquer coisa de que necessitasse impondo tributos “em espécie” com uma lista de cada item que desejasse, e impondo tributos específicos sobre produtores específicos (por exemplo, um tributo de uma ovelha num produtor de ovelha, e assim por diante), um processo muito mais simples seria impor um tributo *per capita* de “cinco minas”, usando moeda estatal denominada em mina para comprar itens necessitados e aceitando a mesma moeda estatal denominada em mina como pagamento de tributos.

A moeda-de-conta de trigo ou de cevada, portanto, antecipa de longo tempo o uso de metais preciosos. Na verdade, a evidência sugere que as moedas de pedon substituíram as mais antigas pontas de ferro (*oboloi*) que tinham sido usadas como dinheiro.²⁸ Estas tinham sido emitidas em unidades de peso de conta em cevada ou trigo com uma estampa para indicar o templo emissor. A mudança para metais preciosos parece ter sido feita para reduzir a fabricação – pois metais escassos seriam mais difíceis de se obterem (Heinsohn e Steyer, 1983). O “véu” do metal precioso que obscureceu o pensamento monetário desde então aparentemente resultou desta consideração puramente técnica. A cunhagem foi um desenvolvimento ainda mais tardio, frequentemente com uma estampa para indicar o emissor, mas só muito raramente (como antes, observava,

o que realmente aconteceu é que o governo imprimiu sobre peças de ouro uma estampa que leva a promessa de que elas serão recebidas pelo governo em pagamento de tributos ou outras dívidas para com ele (...) Em virtude da estampa que exhibe, o dinheiro mudou o seu caráter de mera mercadoria que era para um símbolo de obrigação. (Innes, 1913, p. 402)

Similarmente, Mommsen argumentou que no caso da cunhagem romana,

ela deve ser vista como uma lei que dá à (...) peça de metal seu valor convencional por decreto legal, totalmente indiferente ao fato de o valor efetivo corresponder a ele ou não. Por esta validação estatutária, por assim dizer, a moeda do império (...) já é sacralizada em lei republicana: só esta cunhagem é moeda – todas as outras são mercadorias de comércio. (Mommsen, 1860, citado em Heinsohn e Steiger, 1983, p. 22)

Heinsohn e Steiger argumentam que “no mundo antigo, em todos os eventos, havia uma inteira consciência dessa névoa de ouro obscurecendo a verdadeira natureza da moeda. Aristóteles, por exemplo (...) escreve: ‘Em alguns aspectos, entretanto, moeda é uma pura imitação, uma criatura da convenção estabelecida em lei’” (ibid. p. 23).

Muito disso é reconhecidamente especulativo. Entretanto, temos uma grande quantidade de evidências de transações financeiras da Mesopotâmia de 2500-1200 a.C. Destas evidências, Michael Hudson conclui que “as dívidas precederam o dinheiro, e não o contrário. As primeiras obrigações exigindo reparação foram multas por infringir injúrias pessoais” (Hudson, 1998, p. 7). Com o desenvolvimento de grandes comunidades palacianas, pesados tributos na forma de cevada foram impostos aos produtores (inicialmente mais às cidades que a indivíduos).²⁹ Nesse tempo, a Mesopotâmia tinha um duplo padrão, cevada e prata, embora a prata não fosse cunhada; o “legislador” anunciava a taxa de conversão de prata em cevada e aceitava ambas em pagamento de tributos. Normalmente, entretanto, os produtores não tinham acesso à prata, de modo que, tipicamente, só mercadores pagavam tributos na forma de prata.

Suspeita-se que os templos desempenhavam um papel adicional atuando como testemunhas neutras, registradores e implementadores de transações privadas em trigo e cevada (incluindo reparação por danos e pagamento de dotes de noivado), e atuando como depositários de grãos.³⁰ No início estas ações teriam sido registradas nas tabuletas de argila, trigo ou cevada, ou gado, que representavam diretamente, com uma taxa de remuneração em trigo ou cevada cobrada para as funções desempenhadas pelo templo. Com o tempo, entretanto, as unidades teriam se tornado padronizadas (em unidade de trigo ou cevada), de tal forma que transações em vacas teriam sido regis-

tradas em equivalentes de trigo ou cevada, e com taxas registradas em unidades de trigo ou cevada (mas pagáveis em seus equivalentes).

Para resumir, unidades monetárias primitivas parecem ter sido derivadas de unidades de peso que provavelmente se desenvolveram a partir da prática de *wergeld*. Os palácios criaram as unidades monetárias para padronizar o pagamento de tributos. O uso de moeda em transações privadas derivou de dívidas de tributos, encorajado pelos palácios que podiam registrar e implementar transações privadas. Uma vez imposto um tributo em moeda sobre uma cidade, e mais tarde sobre indivíduos, o palácio seria capaz de obter bens e serviços emitindo sua própria dívida denominada em moeda na forma de talhas (inicialmente, tabuletas de argila, e mais tarde, talhas de madeira). Moedas vieram muito tarde, mas eram, como as talhas, evidência de dívida da Coroa. O uso de metais preciosos nas moedas foi adotado simplesmente para reduzir a falsificação.

AVILTAMENTO DO DINHEIRO

Ao longo da história, desvalorização de moedas, aumento de preços de metais preciosos e tentativas de restaurar “dinheiro forte” têm sido lugar-comum. Isso é freqüentemente ligado aos esforços da Coroa para obter “senhoriagem” mediante o “aviltamento” proposital da moeda (reduzindo o conteúdo de metal precioso a fim de produzir mais moedas por unidade do metal). Diz-se que o problema foi resolvido mediante rigorosa implementação de um padrão ouro, pelo qual se cunhou moeda “totalmente plena” (ou notas com garantia plena de metal precioso). Esta interpretação, entretanto, pode ser incorreta, talvez sofrendo do “véu do ouro” ao qual aludimos acima.

Innes argumentou que, até recentemente, havia pouca relação entre o valor nominal de uma moeda e seu conteúdo de metal precioso. Mesmo

em Amsterdã e em Hamburgo, no século XVIII, era publicada e afixada na Bolsa, a curtos intervalos, uma lista de câmbio dando o valor corrente das moedas em circulação na cidade, fossem estrangeiras, fossem domésticas, em termos da unidade monetária (...) O valor destas moedas flutuava quase diariamente (...) Moedas de peso e pureza similares circulavam a diferentes preços, de acordo com o país ao qual pertenciam. (Innes, 1913, p. 388)

Ele oferece exemplos mais antigos (França durante o reinado de São Luís, a antiga Gália e Bretanha, a antiga Grécia) e exemplos mais recentes (os Estados Unidos em 1782, antes de adotar o dólar) para demonstrar que “nunca houve uma unidade monetária que dependesse do valor da moeda ou do peso de metal; que nunca houve, até os dias mais modernos, qualquer relação fixa entre a unidade monetária e qualquer metal” (ibid., p. 379).

Além disso, “a idéia geral de que os reis deliberadamente aviltavam sua cunhagem no sentido de reduzir seu peso e pureza é sem fundamento” (ibid. p. 386).³¹ Em vez disso, os reis eram extremamente protetores da “qualidade” de sua cunhagem – não porque isso determinava o valor da moeda, mas porque, “até o final do século XIII, cresceu o sentimento de que a estabilidade financeira dependia de algum modo da uniformidade da cunhagem” (ibid.). De acordo com Innes, moedas eram desvalorizadas não pela redução do metal precioso contido, mas por uma proclamação real que estabelecia a depreciação do valor nominal da moeda.³² Quando um rei queria aumentar seu poder de compra, “ele decretava uma redução do valor nominal das moedas. Este era um método perfeitamente bem reconhecido de tributação tolerado pelo povo, que reclamava apenas quando o processo era repetido com muita frequência³³ (ibid., p. 385). Trata-se de um método de tributação porque, ao reduzir o valor nominal das moedas, o rei aumentava o número de moedas que tinham de ser liberadas em pagamento de tributos, o que aumentaria a quantidade de bens e serviços oferecidos por súditos a fim de obter as moedas do rei para pagar o tributo. Observe-se que o rei não mudava a unidade monetária, mas mudava apenas o valor monetário de suas “fichas”, evitando assim quebra de mercados privados (que na maior parte era conduzido com o uso de talhas, letras de câmbio e outras dívidas denominadas na moeda-de-conta). Além disso, embora o valor nominal das moedas fosse agora menor, dependeria dos preços pagos pelo rei se isso resultaria ou não numa inflação geral. Se o dispêndio nominal e os tributos fossem mantidos constantes, o assim chamado aviltamento do dinheiro poderia ocorrer sem afetar preços significativamente.

Entretanto, como um resultado da desvalorização das moedas, assim como da tendência altista geral de preços (algumas vezes chamada de “revolução de preços”) e do aumento de preço dos metais preciosos (somente aliviado com descobertas no Novo Mundo), desenvolveu-se uma crença, na Alta Idade Média, de que havia uma conexão entre “a queda no valor da moeda”, “o aumento do valor dos metais” e a “deplorável condição da cunhagem” (Innes, 1913, p. 400). Veio a acreditar-se que somente se o preço dos metais preciosos pudesse ser controlado e a “qualidade” das moedas melhorada, o aumento dos preços poderia ser evitado. Até o século XIX, entretanto, os governos não foram capazes de estabilizar os preços do ouro. Isso não podia ser feito por proclamação, mas somente através de uma ativa política de um “estoque regulador” (e de um enorme aumento da produção do ouro). E nem eram eles capazes de estabilizar o valor das moedas – mesmo através de imposição de leis de curso legal (ou de flagelações). Como reconheceu o presidente do Tribunal de Justiça Chase num caso de 1872 da Suprema Corte, “a aceitabi-

lidade das dívidas para com o governo”, e não leis de curso legal, determinam o valor nominal de moedas (ibid., p. 406).

Durante o século XIX e o início do século XX, os governos finalmente adotaram padrões ouro e intervieram para fixar seus preços.³⁴ Tendo estabelecido um padrão ouro que fixava o valor de moedas e todas as outras “fichas” estatais e dívidas relativamente à unidade de conta, que por sua vez era fixa relativamente à quantidade de metal precioso, não podiam mais “depreciar” o valor da moeda. Assim, finalmente chegamos a uma aproximação do sistema monetário que o livro-texto tomou como hipótese para as origens da moeda – mais pela intervenção proposital do governo que por um consenso de nossos antepassados que praticavam o escambo.

Este é um breve resumo das “origens” da moeda, em boa parte baseado em especulações em virtude de suas origens antigas. Entretanto, podemos também examinar casos um pouco mais recentes de tentativas de desenvolver um sistema monetário. Olharemos os casos de um governador colonial, da América colonial, e da América durante a Guerra Civil para examinar mais a fundo a relação entre moeda e tributos.

UM GOVERNADOR HIPOTÉTICO

Começaremos com um exemplo estilizado e hipotético sobre o modo como uma economia pode ser monetizada. Nesta seção, não estamos tentando apresentar “história”, e sim mostrar como o dinheiro pode ser introduzido numa economia enquanto ao mesmo tempo demonstramos algumas proposições que serão discutidas de novo em capítulos seguintes. No mundo real, como discutiremos em seções abaixo, a monetização de uma economia é muito mais difícil e complexa.

Vamos supor que uma mulher fosse nomeada governadora de uma colônia onde moeda, preços e mercados não tivessem sido introduzidos previamente. Esta colônia tem uma economia em pleno funcionamento, embora tradicional (isto é, tribal), que é capaz de prover mais que suficiente alimentação, vestuário e habitação para seus habitantes. A nova governadora chega com seu talonário de cheques e muitas malas de papel-moeda e moeda. Seu encargo é organizar as populações indígenas para construir a mansão da governadora, para prover alimentos e serviços necessários para a governadora e sua família e para realizar umas poucas tarefas enumeradas pelo escritório da metrópole (uma nova estrada, por exemplo). A governadora anuncia a abertura de várias vagas de trabalho e tabela de remuneração. Para sua surpresa, ninguém se apresenta para trabalhar; e ofertas de salários ainda mais altas

não atraem interessados. Ela pede tropas ao escritório da metrópole e usa a ameaça de violência para induzir as populações indígenas a fornecer trabalho. Conclui que a população indígena é “indolente, inconfiável e desmotivada” (embora tivesse sido extremamente bem-sucedida em produzir para si mesma antes que ela chegasse!).

Isso não tinha de ser dessa forma. Como governadores coloniais do mundo real descobriram, a forma de introduzir moeda na economia (e, em particular, de gerar uma oferta de trabalho em troca de salários monetários) é impondo um tributo monetário. Em muitos casos, a população indígena já estaria familiarizada com o pagamento de taxas ou tributos, embora em forma não monetária. Uma vez que tributos tenham sido impostos, as necessidades da governadora definem apenas o que deve ser feito para obter “o que é necessário para pagar tributos”; ela anuncia que um tanto de *twintopt* pode ser obtido para trabalho de construção na mansão, um tanto de *twintopt* para fornecimento de alimentos para sua família, um tanto de *twintopt* para trabalho na nova estrada, e assim por diante. Note-se também que não há necessidade de transportar da metrópole malas de papel-moeda e moeda cunhada, porque a população indígena aceitaria prontamente qualquer coisa pelo que a governadora pagasse, uma vez garantido que ela aceitaria a mesma coisa em pagamento de tributos. Por exemplo, a governadora poderia fotocopiar um retrato seu para usar como papel-moeda, que poderia ser chamado de “govs”.

Os govs não requereriam “lastro” de qualquer metal precioso, nem a governadora precisaria manter quaisquer reservas de dinheiro metropolitano contra govs. Os govs não têm necessidade de ser de curso legal “aceitável em pagamento de todas as dívidas, públicas e privadas”, porque tudo que é necessário é que sejam aceitáveis em pagamento de tributos. Observe-se, finalmente, que não vem ao caso se a população indígena está acostumada com “mecanismos de mercado”, com “contratos financeiros” e com o uso da “moeda”, nem vem ao caso se há “confiança” na governadora ou no gov. Por assim dizer, todas as explicações dadas normalmente em livros-texto de economia sobre uso público de moeda governamental não se aplica a nosso exemplo. A única exigência é que a governadora imponha e implemente um tributo, pagável em govs.

A governadora poderia estabelecer o valor dos govs em qualquer nível que quisesse: se é um gov por hora de trabalho de construção ou mil govs por hora de trabalho de construção é inteiramente irrelevante para as populações indígenas. O que importa, naturalmente, é estabelecer a taxa de remuneração relativamente à obrigação tributária de uma maneira que mobilize o montante de “esforço” de trabalho requerido pela governadora. Note-se que

se a governadora não conseguisse tanto esforço quanto desejasse, não seria bom aumentar a taxa de pagamento – que apenas “desvalorizaria” o gov e ela obteria menos horas de trabalho fornecidas pelas populações indígenas para uma dada obrigação tributária. Em vez disso, ela deveria aumentar a obrigação tributária ou baixar a taxa de remuneração para aumentar o montante de trabalho oferecido.

Finalmente, a governadora descobriria que ela não tinha “necessidade” de govs proporcionados pelas populações indígenas em pagamento de tributos. Ao contrário, as populações indígenas precisavam de govs para pagar tributos. Isto também significa que a governadora nunca deveria se preocupar quanto ao “financiamento” de seu dispêndio (através de receitas tributárias); e nem deveria se preocupar sobre seus “déficits” que resultariam se as populações indígenas decidissem ganhar mais govs que os requeridos para satisfazer pagamentos de tributos. Na verdade, ela devia esperar que as populações indígenas quebrassem normalmente manter alguns govs extras (por exemplo, para pagar tributos no futuro, ou para o caso em que alguns govs fossem “perdidos na lavanderia”), pelo que ela normalmente realizaria déficits. E ela poderia talvez encorajá-los a acumular govs como poupança, oferecendo pagamento de juros sobre estoques de gov.

Isso poderia ser feito, por exemplo, oferecendo ao mercado um “govtítulo” que rende juros por cada dez govs poupados, pagando um gov de juros por ano e prometendo retornar os dez govs do principal no fim de cinco anos. Com o tempo, sua “dívida” pendente em govtítulos cresceria na proporção em que a população indígena desejasse poupar govs e trocá-los por govtítulos. Ela não perderia seu sono devido ao seu “endividamento crescente” com os seus súditos; na verdade, ela não teria nenhuma razão até mesmo para manter registros de seus déficits e de sua dívida pendente em govtítulos. E nem deveria iludir-se por acreditar que os “mercados financeiros” ditavam-lhe qual taxa de juros teria de pagar sobre seus govtítulos, porque seria óbvio que ela, sozinha, estabelecia esta taxa. Ela descobriria que nenhuma informação útil seria possível obter da taxa de juros que pagava sobre govtítulos, de seus déficits anuais, de sua dívida, ou mesmo dos preços que pagava pelos bens e serviços obtidos. Tudo que seria relevante para ela seria a quantidade de bens e serviços reais oferecida pela população indígena. Se insuficiente (por exemplo, se suas próprias necessidades não estivessem sendo satisfeitas), ela poderia aumentar a obrigação tributária; se acima de suas necessidades (por exemplo, se a população indígena não estivesse produzindo o suficiente para sua própria sobrevivência), ela poderia baixar os tributos e reduzir sua compra para reduzir o “esforço de trabalho” dos povos indígenas.

Naturalmente, os govs também poderiam ser usados em trocas privadas, ou no que Knapp chamou de “comunidade privada de pagamento”. Um indivíduo com uma obrigação tributária poderia concordar em realizar serviços para seu vizinho a fim de obter govs que o vizinho poderia ter acumulado. Mercados privados poderiam desenvolver-se para possibilitar a produtores de bens e serviços obter govs necessários para pagamento de tributos. Uma maior parte de cada dia individual poderia vir a ser destinada a atividades de mercado na procura de govs, não apenas para pagar tributos, mas também para comprar no mercado bens e serviços que aumentam o padrão de vida. (Como discutiremos abaixo, economias tradicionais no “mundo real” podem exigir uma indução muito maior para produzir para o mercado.)

Uma vez que a governadora tenha introduzido a moeda gov sobre a qual tenha o monopólio de emissão, o desemprego pode desenvolver-se quando indivíduos oferecem trabalho para ela mas não encontram emprego.³⁵ Seria bastante estúpido deixar os desempregados implorando à governadora para permitir-lhes fornecer bens e serviços a ela, para poder obter govs; antes de mais nada, o custo para a governadora por emitir govs seria próximo de zero (consistindo dos custos da fotocopiagem de govs). A inteligente governadora poderia constatar rapidamente que a solução é aceitar as ofertas, isto é, empregar os trabalhadores desempregados.

Se ela descobrisse que era oferecido trabalho demais (por exemplo, as populações indígenas estavam trabalhando 16 horas por dia e negligenciando suas famílias), ela sempre poderia reduzir tributos e seu dispêndio para reduzir a oferta de trabalho. Ela constataria que o “dispêndio governamental” pode ser muito grande ou muito pequeno, conforme indicado pelo esforço excessivo destinado a obter govs num extremo, ou pelo número excessivo de oferta de trabalho que não é correspondida por ofertas de emprego no outro extremo. A governadora não seria capaz de julgar se o dispêndio governamental era muito grande (ou muito pequeno) simplesmente somando os govs que gastou, nem pelo cálculo do tamanho de seus déficits, nem mesmo medindo o dispêndio governamental total como uma porcentagem do “produto nacional bruto” da colônia – esses dados não proporcionam nenhuma informação útil para ela. De novo, a governadora precisa somente determinar que ela é capaz de obter os bens e serviços requeridos para atender às funções que seu escritório supõe desempenhar, enquanto assegura que a população não está trabalhando demais nem de menos, como evidenciado pelo negligenciamento de outras atividades num extremo, ou por filas de desempregados procurando empregos no outro.

Isso pode impressionar leitores como uma bela história, mas será que os governadores coloniais do mundo real criaram uma oferta de trabalho para

pessoas que quisessem trabalhar por salários monetários, pela imposição de tributos? Como mostraremos abaixo, na verdade fizeram isso. Contudo, isso não prova que este é o modo como a moeda se originou; uma coisa é argumentar que um governador que está acostumado ao uso da moeda pode descobrir que tributos proporcionam um meio de ajudar a monetizar uma economia, mas outra questão bem diferente é argumentar que isso é o modo como as economias foram monetizadas inicialmente. Além disso, como notaremos, não há evidência para suportar uma posição extrema de que os tributos por si só serão suficientes para criar uma economia monetária a partir de uma economia tradicional. Governadores do mundo real também se basearam na força. Mesmo que tributos pudessem gerar uma oferta de trabalho, o desenvolvimento de mercados “privados” exigiu a destruição da economia tradicional. Observe-se, também, que não é claro que qualquer governador do mundo real entendesse completamente as implicações da visão de moeda guiada por tributos, mesmo que muitos deles explicitamente tenham reconhecido que tributos eram impostos para induzir as populações indígenas a oferecer bens e serviços de trabalho em troca de *twintopt*. Na próxima seção examinaremos brevemente uns poucos exemplos históricos que parecem ser consistentes com nosso argumento geral.

GOVERNADORES COLONIAIS DO MUNDO REAL

William Henry Furness relatou o caso da ilha de Uap (parte das Ilhas Carolinas) que caiu sob o controle da Alemanha em 1898. Os ilhéus usavam *fei*, “rodas de pedra grandes, sólidas e finas, cujo diâmetro variava entre um e doze pés, tendo no centro um orifício suficientemente grande e forte para permitir carregar o peso e facilitar o transporte”, em trocas cerimoniais.” (Furness, 1910, p. 93). De qualquer forma, a única coisa que é necessário entender é que os ilhéus atribuíam grande valor cerimonial ao *fei*, e que o governador alemão se utilizava disso como um meio de obter serviços de trabalho.

Não há veículos com roda em Uap e, conseqüentemente, nenhuma estrada para carro; mas sempre houve caminhos claramente definidos de comunicação entre os diferentes povoados. Quando o governo alemão assumiu a propriedade das Ilhas Carolinas (...) muitos desses caminhos ou estradas estavam em más condições, tendo sido ordenado aos chefes de diversos distritos que as reparassem e colocassem em bom estado. Os blocos de coral toscamente enfeitados eram, contudo, bons até demais para os pés descalços dos nativos; e muitas daquelas ordens tiveram de ser repetidas, mesmo assim permanecendo despercebidas. Finalmente foi decidido impor uma multa, por desobediência aos chefes dos distritos. Em que forma a multa foi imposta? Não era de nenhum provento

Naturalmente, os govs também poderiam ser usados em trocas privadas ou no que Knapp chamou de "comunidade privada de pagamento". Um indivíduo com uma obrigação tributária poderia concordar em realizar serviços para seu vizinho a fim de obter govs que o vizinho poderia ter acumulado. Mercados privados poderiam desenvolver-se para possibilitar a produtores de bens e serviços obter govs necessários para pagamento de tributos. Uma maior parte de cada dia individual poderia vir a ser destinada a atividades de mercado na procura de govs, não apenas para pagar tributos, mas também para comprar no mercado bens e serviços que aumentam o poder de compra. (Como discutiremos abaixo, economias tradicionais no "mundo real" poderiam exigir uma indução muito maior para produzir para o mercado.)

Uma vez que a governadora tenha introduzido a moeda por ela emitida e que ela tenha o monopólio de emissão, o desemprego pode diminuir. Embora muitos indivíduos ofereçam trabalho para ela mas não encontram emprego, seria bastante estúpido deixar os desempregados implorando a governadora para permitir-lhes fornecer bens e serviços a ela, para poder obter govs. Sem mais nada, o custo para a governadora por emitir govs seria o preço de custo (consistindo dos custos da fotocopiagem de govs). A inteligência da governadora poderia constatar rapidamente que a solução é aceitar a oferta de trabalho e empregar os trabalhadores desempregados.

Se ela descobrisse que era oferecido trabalho demais (por exemplo, se populações indígenas estavam trabalhando 16 horas por dia e negligenciando suas famílias), ela sempre poderia reduzir tributos e seu dispêndio para reduzir a oferta de trabalho. Ela constataria que o "dispêndio governamental" poderia ser muito grande ou muito pequeno, conforme indicado pelo tamanho do dispêndio destinado a obter govs num extremo, ou pelo número de ofertas de trabalho que não é correspondida por ofertas de emprego no outro extremo. A governadora não seria capaz de julgar se o dispêndio governamental era muito grande (ou muito pequeno) simplesmente somando o dispêndio governamental nem pelo cálculo do tamanho de seus déficits, nem mesmo medindo o "dispêndio governamental total como uma porcentagem do "produto interno bruto" da colônia – esses dados não proporcionam nenhuma informação útil para ela. De novo, a governadora precisa somente determinar que ela precisa de obter os bens e serviços requeridos para atender as funções que ela precisa cumprir. Ela não precisa supor desempenhar, enquanto assegura que a população não está trabalhando demais nem de menos, como evidenciado pelo negligenciar outras atividades num extremo, ou por filas de desempregados procurando empregos no outro.

Isso pode impressionar leitores como uma bela história, mas será que os governadores coloniais do mundo real criaram uma oferta de trabalho para

que pudessem trabalhar por salários monetários, pela imposição de impostos? Como mostraremos abaixo, na verdade fizeram isso. Contudo, isso não é o modo como a moeda se originou; uma coisa é argumentar que um governador que está acostumado ao uso da moeda pode descobrir que tributos proporcionam um meio de ajudar a monetizar uma economia, e uma questão bem diferente é argumentar que isso é o modo como as economias foram monetizadas inicialmente. Além disso, como notaremos, não há nada para suportar uma posição extrema de que os tributos por si só são suficientes para criar uma economia monetária a partir de uma economia tradicional. Governadores do mundo real também se basearam na força dos tributos para obter uma oferta de trabalho, o desenvolvimento de mercados "privados" exigiu a destruição da economia tradicional. Também é claro que qualquer governador do mundo real mesmo que nunca deles explicitamente tenham reconhecido que tributos foram impostos para induzir as populações indígenas a oferecer bens e serviços em troca de *wintopt*. Na próxima seção examinaremos alguns poucos exemplos históricos que parecem ser consistentes com esse argumento geral.

GOVERNADORES COLONIAIS DO MUNDO REAL

Um Henry Furrer relatou o caso da ilha de Uap (parte das Ilhas Aleutas) que está sob o controle da Alemanha em 1898. Os ilhéus usavam pedras de pedra grande, soltas e finas, cujo diâmetro variava entre um centímetro e dois, como um meio de troca "suficientemente grande e forte para ser usado para facilitar o transporte", em trocas cerimoniais. De qualquer forma, a única coisa que é necessário é que as ilhas atribuíam grande valor cerimonial ao *féi*, e que o *féi* também poderia ser usado como um meio de obter serviços de outros indivíduos com cada um deles, consequentemente, nenhuma estrada ou meio de comunicação era necessário. Quando o governo alemão assumiu a propriedade das ilhas, os caminhos de pedras ou estradas estavam em má condição e também se encontravam os chifres de diversos distritos que as reparassem em Uap. Os blocos de coral recentemente entalhados eram usados para fazer pedras de calças dos nativos, e muitas daquelas pedras de calças eram usadas para fazer pedras de calças. Quando foi decidido impor uma multa por desobediência aos chifres dos distritos, os nativos foram obrigados a pagar a multa com pedras de calças. Isso era de nenhuma importância para os nativos, mas para os alemães.